

MÉXICO: O RETORNO DO LÍDER

Crise, Neoliberalismo e Desordem*

SERGIO ZERMEÑO

INTRODUÇÃO

Esse ensaio propõe uma hipótese: que a crise de progresso dos anos oitenta (noventa?) juntamente com as ações neoliberais do governo mexicano, têm provocado uma forte *desorganização social* e pensamos que isto acontece também no restante da América Latina.

Da mesma forma, parece-nos que essa dinâmica de desordem pode e deve ser lida sob vários planos:

- a) O plano que a sociologia tem denominado *organizacional*, isto é, o dos referentes organizacionais básicos dos homens na sociedade: família, sexualidade, trabalho, escola, religião, bairro, comunidade, esporte, lazer... (fala-se, então, de princípios valorativos, de moralidade, de anomia, de solidariedade, de afeto, de degradação...).
- b) O plano das instituições (basicamente políticas no sentido mais amplo deste termo), que permitem que o social, disperso, seja agregado de maneira mais ampla e possa se expressar, através do conflito ou não, no plano mais geral dos sujeitos coletivos, as identidades sociais etc.: partidos, sindicatos,

* Tradução de Fabián Echegaray.

parlamentos, entidades empresariais, comunidades eclesiais, associações locais, de diaristas autônomos, ou de proprietários agrícolas, organizações de bairro e as suas coordenadorias, confederações de comerciantes, sindicatos de profissionais, grupos de jovens, conselhos consultivos, centros de estudantes, associações de professores e diretores, coligações heterogêneas no nível regional ou local, movimentos sociais duradouros, associações de desamparados, etc. Em poucas palavras: estamos nos referindo a todas aquelas *identidades coletivas* de alguma forma *circunscritas, consistentes e contínuas* no tempo, às vezes mais restringidas e “basistas” e, outras vezes, mais globalizadoras e de cúpula no qual revela-se o processo sempre contínuo de institucionalização da sociedade (fala-se, então, de sujeitos coletivos, identidades sociais, classes-sujeito, vontade popular, nacional...).

- c) O plano do Estado, o modo pelo qual se estabelece o princípio de autoridade sobre a sociedade; a relação Estado-sociedade, que está indissolivelmente relacionada com os planos anteriores ao longo do processo histórico marcado pelas guerras, geografia, dominação econômica; em uma palavra, o relativo à conflitiva, precária e nunca acabada construção de uma ordem pública e que tem sido referida de tantas maneiras: jacobina, bonapartista, monárquica, populista, fascista, presidencialista, parlamentarista, patrimonialista, despótica, oligárquica, burocrática-autoritária, emanada da vontade geral da *pólis*, da cidade-Estado e príncipe, da confederação de cidades etc.
- d) A hipótese geral aqui enunciada pode ser também lida na evolução conceitual das ciências sociais na América Latina, digamos, durante os últimos vinte anos: do desenvolvimento mundial imperialista ocidentalizando o mundo à sociologia do pessimismo e da decadência, do estancamento e da exclusão crescentes, da pessoa humana derrotada, situação que na América Latina é, hoje, tão elegantemente denotada com o conceito da pós-modernidade.

A DUPLA DESORDEM

Antes de referir-nos a cada um destes aspectos, vamos estabelecer em qual panorâmica mais ampla se inscreve esse processo desorganizador da sociedade latino-americana (mexicana).

Sabemos muito bem e temos dados do que está acontecendo: isto foi sintetizado em julho de 1988 em Montevidéu por um grupo de especialistas latino-americanos durante o *Encuentro de Políticas Sociales para la Erradicación de la Pobreza*. Em 1970, a população pobre da região era de 41% e em 1980, apenas de 35%, mas nos cinco primeiros anos dessa década voltamos às cifras de 1970. Em números absolutos, em 1985, havia 25% a mais de pobres do que no começo dos anos oitenta, enquanto que a força de trabalho que estava desempregada ou subempregada atingia os 44%, afetando de maneira dramática o recrutamento de trabalho juvenil. O Produto Interno Bruto caiu de cerca de 6% para menos de -3% no quinquênio, e o produto per capita diminuiu 9%; a mesma coisa aconteceu com o investimento (entre 1980 e 1983, diminuindo de 27% para 19% com relação ao PIB no Brasil, de 28 a 17 no México, de 23 a 15 na Argentina, com os casos dramáticos da Bolívia: 22 a 4, e do Chile: 17 a 6). Cai a participação latino-americana no comércio mundial; a inovação tecnológica é praticamente nula; a taxa de sindicalização é derrubada; o mercado interno se reduz com a queda dos salários numa busca vã por pagar a dívida e, por sua vez, serem competitivos em mercados internacionais que se tornam protecionistas. Aquilo que de fato aumenta exponencialmente são: a insegurança em todas as cidades, a especulação financeira e a exportação de capitais.

Tudo isto é conhecido, de forma que a pergunta fundamental nos paradigmas latino-americanos passa a ser outra: trata-se de uma crise passageira, embora indubitavelmente drástica como a dos anos trinta, ou se trata de um obscurecimento que, a julgar por certos prognósticos, nos levará à mudança de milênio em uma situação de caos e deterioração profunda. Ou se trata, enfim, do início de uma drástica transformação; uma reacomodação geral que alterará completamente a sua velocidade; uma questão de mais longo prazo, que converterá em mera ilusão utópica a pretensão racionalista do domínio crescente pelo

homem da natureza, que esgotada não resistirá à progressão do consumismo dilapidador.

Alguns autores lembram-se que a desordem, o desemprego, a pobreza e o utilitarismo selvagem de “cada qual para si mesmo”, que se observa hoje na América Latina, não são distintos do que era vivido em Nova York em 1890 ou em Londres e Paris em 1750, “o mundo do qual nos falam as novelas do século XVIII, aquele mundo de bandidos, de costureiras, de prostitutas, todos empenhados em fazer parte do dinheiro, do comércio”. De tal forma que não haverá razões para dramatizar o que acontece e ainda mais: a progressão demográfica da região começa a deixar de ser alarmante.

É muito difícil se posicionar perante tendências históricas de semelhante teor, porém, talvez possamos apelar para referências mais manipuláveis, em médio prazo. Coloquemos assim: a América Latina vive uma dupla desordem. Aquela implicada na saída da ordem tradicional e no desenvolvimento acelerado (muito mais rápido, por exemplo, que o dos EUA durante sua decolagem: 4,8% entre 1870 e 1906, contra 5,5% da América Latina entre 1950-80)¹. Trata-se de um impacto modernizador na urbanização, na industrialização etc., sobre uma matriz societal, às vezes, completamente alheia ao meio europeu que serviu de berço para a industrialização. Resultado: explosão demográfica, urbanização selvagem, depredação ecológica...

Todavia, mais brutal resulta a segunda fonte de desordem porque, uma vez que a América Latina se instala nesta lógica de alto dinamismo, se choca sem a menor previsão contra o muro do estancamento. Alguns países aceleram e freiam com ritmos mais compreensíveis: a Argentina, por exemplo, se industrializa desde muito cedo, a sua população é própria de um país moderno num sentido europeu e seu estancamento vem se apresentando desde vários quinquênios. Mas, no outro extremo, encontramos o México preso na tradição e na sua herança, ainda no início desse século, e que em três decênios praticamente passou-se a viver nas cidades, com uma prole que a medicina moderna se encarrega de manter viva, demandando educação.

Tudo isso foi mais ou menos compatível entre si, graças a um sistema populista de alta participação e aos recursos

¹Victor Tokman e Norberto García, citados por A. Touraine, *“La Parole et le Sang, Politique et Société en Amérique Latine”*, Paris, 1988. Editions Odile Jacob, p. 32.

públicos derivados do *boom* petrolífero até 1982. De modo que em apenas um sexênio tem-se produzido o desastre, a conjunção de uma dupla desordem intensificada.

Teremos de dizer que, tratando-se de uma crise global do Ocidente ou não, a dupla desordem mencionada não será reconstruída ou reconduzida em poucos anos. A aceleração e, depois, o impacto têm sido severos, de maneira que entender o que se passou ou inventar uma nova ordem para a confusão, qualquer que seja esta, afundará as ciências sociais latino-americanas em pensamentos que talvez não estejam tão longe do pessimismo e do clima negativo a que faremos referência.

Há outros fenômenos que podem afetar a fundo a ordem de uma sociedade, são as invasões, as misturas raciais abruptas, as derrotas militares, as catástrofes naturais etc. À desordem provocada pela passagem brusca de uma sociedade tradicional a outra industrializada, alguns sociólogos como Durkheim têm se referido com o termo "anomia", e outros mais contemporâneos, com o da heterogeneidade ou desarticulação.

Para falar dos exemplos sociais negativos provocados por uma crise de estancamento, muitos autores têm usado as imagens de desmoralização coletiva, depressão que adota lideranças autoritárias etc. Mas quiçá deveríamos ter um conceito para indicar o fenômeno que acontece quando uma mesma sociedade, num curto espaço de tempo, deve fazer frente à dupla desordem aqui referida (embora no caso da Cidade do México haveria que acrescentar o terremoto de 1985).

EXCLUSÃO E INDIVIDUALIZAÇÃO ANÔMICA

Não há dúvida de que isto vai repercutir severamente na desarticulação das referências organizacionais básicas já mencionadas da sociedade e que vai gerar reações "doentias" afetando severamente os princípios éticos até provocar, também, uma confusão dos valores culturais. Veremos que isso começa a ser evidente entre os setores populares de uma grande cidade como a do México; setores crescentes, cada vez mais deprimidos economicamente e sujeitos a uma severa exclusão cultural e política, por mais que em seu nome se elaborem todos os discursos da sociedade integrada. Baseamo-nos para esta parte

em alguns resultados de um estudo sobre a juventude popular do Distrito Federal².

Chamamos a atenção imediatamente sobre o fato de que os jovens entre 12 e 24 anos representariam, segundo o censo de 1980, mais de 1/4 da população, pelo que estaríamos falando de um agregado representativo, não apenas quantitativamente, mas especialmente em termos do futuro (aproximadamente três milhões de jovens da área metropolitana formam parte do setor popular e, em uma estimativa grosseira, um de cada dez pertenceria ou se encontraria muito próximo a um "bando juvenil", com nome e território definidos). Alguns outros dados nos informam sobre a importância global do fenômeno: entre 1985 e 1990, oito milhões de jovens tentarão, sem muito êxito, ingressar no mercado de trabalho, em um país cuja economia decresceu 4% em termos absolutos entre 1982 e 1988. Assim, se presume que a participação da chamada "economia informal" já alcançou uns 40% do PIB e, com relação a este, o investimento na educação passou de 3,9% para 2,0% entre 1982 e 1986 (em 1984, a despesa per capita na educação foi equivalente a 60% do nível de 1982, na saúde 70% e na previdência social 75%. Nora Lustig, NEXOS, nº 128).

Nestas condições, as expectativas de fazer parte dos assalariados, almejadas pelos jovens (para já não falar em proletarianização), de ter acesso a uma disciplina de trabalho, a uma participação sindical, a uma dinâmica de negociação-confronto tornam-se aqui referentes extremamente estranhos e o mesmo acontece com o sistema escolar posterior ao primário, cada vez menos capaz de dar organicidade a esta massa em crescimento.

Além disso o jovem também torna-se cético quanto aos benefícios da escolarização porque esta, não enraizando o conhecimento em uma experiência imediata, se converte cada vez mais em um símbolo das camadas melhores integradas da sociedade.

Por sua vez, os agrupamentos políticos e culturais, tanto quanto as agências governamentais, perdem seu encanto como canais mediante os quais pode-se esperar algo ao terem reduzidos seus recursos e sua influência; não vão além de uma presença

²Héctor Castillo, Sergio Zermeño e Alicia Ziccardi. *La juventud popular en el D.F.* (resultados preliminares). Informe apresentado ao Departamento do D.F., Instituto de Investigaciones Sociales, UNAM, novembro de 1988 (mimeo).

específica, passageira, organizando eventos esportivos ou festivais musicais. Tampouco a religião e a igreja, que no meio marginal encontram terreno favorável, parecem obter entre a juventude uma audiência proporcional ao seu enorme peso quantitativo.

Mas talvez o mais novo e o mais grave neste relaxamento dos princípios de integração modernizante e dos referenciais institucionais da situação juvenil, seja o que acontece com a família.

A família complexa e extensa, que constitui uma defesa contra a pobreza, implica já uma maior independência dos filhos com relação aos pais, e o seu reagrupamento em turmas. Mas quando a isto acrescentam-se os efeitos de uma crise econômica rápida, profunda e generalizada, a família tende a limitar seus escassos recursos a seus membros mais vulneráveis.

Os jovens buscam, então, valer-se por si próprios, fora desse núcleo. O bando (inclusive de mulheres) se constitui numa nova associação defensiva sob condições críticas. Porém, levado a seu extremo, este aspecto tem alimentado uma visão um pouco romântica e esperançosa dos bandos juvenis, onde estas novas solidariedades, organizando-se em grupos reduzidos, "basistas", seriam capazes de enfrentar problemas bem concretos, relacionados com a subsistência.

Uma sociabilidade alternativa se estaria desenvolvendo, segundo esta visão, com base numa linguagem diferente, uma vestimenta genuína em manifestações específicas no teatro, no rock, no *graffiti*. Novas formas de solidariedade estariam, assim, implicadas de maneira tal que a defesa contra a brutalidade policial e as condições de precariedade extremas fortalecem vínculos de compromisso coletivo, de rejeição à visão individualista-heróica e põem, inclusive, em dúvida a liderança por tratar-se de algo corruptível.

A uma visão deste tipo tem que se opor uma outra mais realista. Para isto, resulta útil comparar com alguns países latino-americanos. Desintegração e instabilidade no trabalho, organização sindical nula, corrosão e ruptura da coesão familiar, exclusão política, escolaridade deficiente, religiosidade questionada, representações políticas rejeitadas, urbanizações selvagens, crises desenvolvimentistas etc., constituem um conjunto que varia de uma sociedade para outra.

Quem pode duvidar que no caso chileno a presença de um Estado militar autoritário não empurrou os pobres da cidade,

organizados em “favelas”, a desenvolver uma importante identidade defensiva, uma atividade de “guerreiros” defendendo um território, diante do assalto domiciliar por parte das forças da ordem, fechando o bairro com barricadas de pneus incendiados? Nessa medida, solidificaram-se identidades coletivas que, em muitas situações, e particularmente nos confrontos de 1983-84, tiveram a força para se sobrepor ao estado de anomia defensiva, atomização, desorganização e ausência de futuro já referidos.

Isto permite localizar nitidamente um adversário e mais, reconstruir a comunidade como princípio heróico. É o mesmo que se poderia dizer de países como o Peru, por exemplo, onde uma deficiente miscigenação, uma ruptura racial-regional, uma oligarquia altamente diferenciada do povo etc. conduzem os nossos marginais ou excluídos a adotarem condutas popular-radicais mais definidas. Particularmente no caso da juventude, como foi demonstrado por Julio Cotler, e onde poderia se falar até da recriação de uma cultura *chicha* (fusão de *cumbia* da Colômbia, *guaracha* cubana e *huaino serrano* com instrumentação eletrônica), como disse Matos Mar. Seria redundante lembrar o que a guerra anti-imperialista nicaragüense foi capaz de conseguir coesionando uma identidade em torno de um objetivo.

Enfim, teremos de sublinhar que o fenômeno das comunidades eclesiais de base e outras formas religiosas de associação, como o pentecostalismo, têm se constituído na América Latina e, em especial, em países como o Brasil, em poderosos instrumentos para combater o desenraizamento social através da recuperação do grupo primário, constituído em torno de uma rede de relações afetivas e valores compartilhados (ajuda mútua, cooperação, solidariedade, direitos humanos).

O panorama no caso mexicano é altamente ilustrativo porque a ausência de um sentido nítido de ser parte integrante de um grupo religioso, a impossibilidade de recompor uma identidade étnica contraposta a uma oligarquia racialmente diferenciada, a pouca adversidade para com um Estado autoritário descaradamente repressivo, dificultam a instauração de uma identidade dos excluídos. A situação de exclusão econômica pode ser extrema, conseqüentemente, sem que isto se traduza numa identidade dos excluídos, em torno de um adversário.

Desse modo, ao invés de as condutas dos marginais e especialmente as condutas dos jovens do meio popular urbano tenderem ao confronto, à ruptura com a sociedade integrada,

com as autoridades governamentais ou com alguma forma estatal, ao invés de estas conduzirem à recriação de um refúgio comunitário (bairro, cooperativa, deserdados, excluídos), estes atores tendem mais a retrair-se no pequeno grupo, na turma ou bando e, em último caso, a refugiar-se no próprio indivíduo.

Sem esperança no futuro, devido à crise econômica que multiplica-se até converter-se em apatia, sem um respaldo na comunidade, porque até o apoio familiar e do bando se evapora, sem adversário nítido ou princípio ético de identidade, a juventude mexicana vê agravada a sua situação de decomposição, de inorganicidade, de retraimento. É isso o que a leva diretamente ao chamado “conformismo delinqüencial” e, no extremo, ao refúgio individual, à introversão, à crise pessoal, à destruição das capacidades do sujeito para a integração social, à indiferença e ao esquecimento, socorridos pelas drogas e todo tipo de produtos tóxicos. Cria-se assim um meio de delinqüência, no qual as primeiras vítimas são freqüentemente os próprios habitantes do bairro...

Esta lógica de delinqüência, de cada qual para si próprio, se opõe ao imaginário que tem-se espalhado sobre os grupos marginais, esta comunidade complacientemente descrita por muitos pesquisadores e militantes; o âmbito do bairro é também o universo do egoísmo, da guerra de todos contra todos, da “inveja”, da lei do mais forte e do mais habilidoso.

Nestas condições, a desordem valorativa é extrema. Tem toda uma coexistência desarticulada e contraditória de visões extremas: por momentos, o jovem associa vivências que afirmam sua solidariedade grupal igualitária, produto de um cerco ameaçante (*Warriors*), com um imaginário individualista alimentado pelos meios de comunicação, onde um emissário, figura heróica, épica, portadora do bem, simboliza o valor supremo (*Mad Max*, *Rambo*).

Também aparece a visão utópica da Grande Comuna, a imagem que ficou na mente dos jovens do festival de Avándaro há 15 anos, suas narrações sobre as viagens para assistir aos congressos de bandas em cidades de província, organizados pelo CREA, as evocações de Bob Marley... Isso, ao lado de uma fascinação pelo líder populista contestador como Cuauhtémoc Cárdenas (de quem não conhecem nada, além de “ser peitudo suficiente para xingar o PRI”). Exemplo disso é Alejandro Lora, vocalista e compositor do TRI, o grupo de rock com maior influ-

ência entre a juventude popular mexicana, cujo “grilo” combina um carisma ao mesmo tempo pejorativo e compreensivo, a perda do meio popular e dos bandos, e a irreverência para com o presidente da República, o governo e o PRI (com a voz de “culeeroo...”, com o dedo indicador apontando nas alturas); e, para dar outro exemplo, Andrés Castellanos, líder do Conselho Popular Juvenil, ampla frente de bandos da zona oeste da cidade, que tem sabido denunciar a culpabilidade da sociedade integrada através da televisão e das campanhas políticas para deputados e presidentes, obtendo alguns benefícios para esses bandos organizados.

O que não aparece facilmente neste imaginário caótico é um referencial de classe ou proletário inclusive se, como aconteceu num de nossos exemplos estudados, muitos dos seus pais (especialmente as mulheres) encontram-se associados em uma cooperativa de bairro.

Existe uma franca rejeição para o trabalho que implique ficar preso a ritmos definidos e horários rígidos. Parecem inclinar-se pelo trabalho por conta própria em espaços abertos ou pelo colegial livre, no caso da educação; porém, em geral, respondem a este tema citando o primeiro artigo do bando: “Não trabalharás”. E paradoxalmente, quando se referem à “Sociedade” (integrada), ao mundo dos “ricos”, fazem-no freqüentemente com o termo “os burgueses”.

Contudo, por cima de todas estas referências associadas ao comunitarismo, ao populismo, à situação de classe, ao racismo, ao individualismo consumista etc., ou, poderíamos dizer melhor: no meio de toda essa pluridimensionalidade, é o “conformismo delinqüencial” e a “individualização anômica” aquilo que parece caracterizar essa massa majoritária de jovens mexicanos paupérrimos, habitantes das grandes urbes; uma espécie de atomização defensiva, do pequeno clã inconsistente, sem tradição nem projeto.

Eis aqui uma tendência evidente à perda de uma idéia global da sociedade. O jovem vive um hedonismo da sua cultura marginal e gosta de falar na frente do gravador, ser fotografado e filmado, é a identidade do pequeno grupo e de si próprio o que sobressai, mas nunca expõe a sua situação em uma relação ampla com a sociedade global, em termos de “relações sociais”.

Não há, então, uma relação com um adversário em termos de atores globalizantes lutando para se apropriar da orien-

tação do todo social (trabalhadores organizados contra proprietários dos meios de produção). Que esperança! O que existe é o refúgio, a exclusão, o ressentimento, a negação, a rejeição, a raiva, a impotência, o retraimento. Nestas condições, e chegando ao extremo, também se vê desmantelada a idéia da comunidade, tornando-se quase impossível o que em outras partes tem sido defesa dos direitos humanos, desde o oprimido, a exaltação da pessoa humana, dos espaços de recriação das comunidades eclesiais, a conscientização a partir da dor das mães na busca de seus filhos.

Não existe tal coisa. Na situação de conformismo delinquencial e de individualização anômica, existe antes a ridicularização do sofrimento: princípios valorativos que “elevam” à categoria de admiração e respeito o aniquilamento do outro, a violência, a crueldade prepotente do assaltante, o machismo, a violação, a aparente indiferença pelas marcas necessárias e mutilações que sobre o próprio corpo denotam a violência passada ou recente; há um culto ao heroísmo, mas de maneira paradoxalmente depreciativa; indiferença ante o sofrimento.

Parece tratar-se de uma exclusão que conduz à autodestruição; uma degradação que não permite uma identidade construtiva com aqueles que se encontram em situação semelhante.

Memória...futuro... parecem ser referenciais frágeis, sendo – em geral – o imediatismo o que prevalece: as drogas se associam, principalmente, com a busca do prazer, aqui e agora, através da música; ruptura com as estruturas reais de espaço e tempo para evitar as aflições da vida. A droga já não é uma experiência culturalmente densa, nem está vinculada tampouco às orientações comunitárias. A modalidade hippie do uso de drogas tem desaparecido (Martinez e Valenzuela).

IDENTIDADES COLETIVAS INTERMEDIÁRIAS (APARELHOS, ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS, ASSOCIAÇÕES)

· Temos ouvido repetidamente argumentos dizendo que por causa do corte brusco dos aparelhos e orçamentos assistenciais ou orientados ao bem-estar social, o Estado deixa – na sua retirada – enormes espaços que estariam sendo ocupados por

“novas sociabilidades”, novas formas de organização social para enfrentar a crise, novas identidades coletivas, deixando visível o poder, o centralismo e o autoritarismo histórico desse Estado Mexicano. Desta maneira, estimulado pela proliferação da pobreza, se estaria criando uma oposição Governo-Povo, que explicaria a perda da legitimidade de todo o sistema político. Esta hipótese otimista tem de ser ponderada.

A MULTIPLICAÇÃO DOS PRIVILEGIADOS SEM O SURGIMENTO DE UM SUJEITO POPULAR

Provavelmente, entre as classes médias cujas lutas não estão isentas dos fenômenos de descontinuidade, via cooptação das suas lideranças e atomização das suas bases sociais e organizações intermediárias, a crise tenham provocado o engrossamento das suas formas de participação social. O auge eleitoral e partidário dos mexicanos durante os anos oitenta assim o indica, tanto quanto a maior visibilidade parlamentar e de alguns sindicatos fortemente presentes através dos meios de comunicação. Provavelmente também este foi o caso de alguns grupos populares em situação extrema de luta pela regularização da moradia, ou em situação catastrófica devido ao terremoto de 1985, em particular; ou em bairros, povoados e colônias com uma grande tradição comunitária, com atividades produtivas e comerciais compartilhadas ou com uma posição defensiva diante do crescimento da grande urbe (organizações de desabrigados pelo sismo, organizações de assentamentos recentes e irregulares como San Miguel Teotongo, bairros comerciais como Tepito, os povoados e colônias do sul do D. F., o Conselho Popular Juvenil de Santa Fé, etc. etc.).

Porém, logo é válida a dúvida de não estarmos falando de luzes muito dispersas no amplo oceano da exclusão, quando constatamos os enormes problemas com que têm se defrontado as organizações e coordenadorias de desabrigados, de colonos etc., e quando, inclusive, vemos que estes se enfraquecem, se dividem, se filiam e se desligam “para cima” – enquanto se agrava a situação constrangedora de filiados reais e potenciais.

A exclusão não se converte em identidade dos excluídos, ou em outras palavras: podemos falar de proliferação do

popular, do povo, da economia informal na paisagem urbana (nas esquinas, nas saídas do metrô, nas entradas dos edifícios, nos salões da administração pública, nos parques, no *campus*...) sem que se possa constatar uma identidade dos excluídos: teria-se a emergência do popular sem sujeito popular, teria-se – ao mesmo tempo – polarização social, dualismo se se preferir, mas também teria-se um *continuum* entre os pólos, uma ausência de identidade no pólo majoritário e mais pobre.

Examinemos novamente alguns mecanismos deste fenômeno da destruição da identidade, principalmente no mundo dos excluídos, que em muitos aspectos envolve também os meios mais integrados.

1. Pulverização pelo Emprego

Em primeiro lugar é necessário aproximar-se às formas de sobrevivência material dos pobres nas urbes para constatar que seus tipos de utilização os atomizam, os isolam extremamente, dado que aqueles que se declaram ocupados localizam-se nas posições mais marginais da estratificação ocupacional; e dado que a importância dos que trabalham no setor produtivo é escassa (os jovens sendo os mais afetados pelo desemprego, naturalmente). Isto dificulta a solidariedade com os colegas de trabalho. Não existem experiências associativas, uma vez que desaparece a noção de um lugar de trabalho e de um horário compartilhado.

2. Marcada Hierarquização

Colabora para quebrar, desfigurar a distância incluídos-excluídos, a marcada hierarquização destes últimos: com efeito, quando se analisa a estrutura do emprego neste meio, a gente descobre que a divisão entre empregados e desempregados é totalmente insuficiente, porque – na verdade – tem pessoas com trabalho, tem subempregados, desempregados e tem excluídos. Assim, poder-se-ia afirmar que na América Latina, após um longo período de crise econômica e desemprego, uma alta porcentagem da população pobre mantém uma atividade de subsistência por conta própria, de rendimento muito desigual, que cria uma

forte hierarquia no seu interior, ao ponto de tornar inoperantes as classificações por rendimentos, os instrumentos de ingerência estatal em geral e a divisão entre empregados, sub-empregados e desempregados. (M. Schkolnik, V. Tokman, C. Hardy).

3. Não-Identidade Comunitária e Associativa

No México, como em todas as partes, se registra uma diminuição do gasto público para benefício social, mas tem-se tomado muito cuidado para não chegar ao extremo de empurrar os desprivilegiados a formar associações de sobrevivência no bairro como as “painéis populares” ou as “compras comunitárias” etc., que têm contribuído para estreitar os laços de solidariedade comunitária e associativa. Tem-se optado, então, por investimentos públicos dirigidos a assegurar os níveis mínimos de nutrição, anteriores às situações de fome, e aqui sobressai o programa de *tortibonos* e de leite (Liconsal), que legitima – entre outras coisas – o partido do Estado e seus sindicatos filiados, encarregados da distribuição (em contraste, se enfraquece a CONASUPO em seu tradicional papel de abater custos da cesta básica no seu conjunto).

4. Sistema Político e Mini-Acordo Social

Porém, os grandes aparelhos da época de esplendor populista deixaram de articular a relação Estado-desprivilegiados. Em outras palavras, já não são as arenas institucionalizadas de acordo social típicas do sistema político, como o PRI, as secretarias de saúde, alimentação, bem-estar social, e nem o sistema partidário na sua totalidade, o parlamento e as grandes centrais sindicais, os canais de mediação através dos quais são atendidas as demandas de amplos setores da população.

Todos estes aparelhos, mas particularmente o sistema de partidos e o parlamento, parecem manter-se como lugares onde se expressa o mal-estar e se resolvem algumas demandas dos setores integrados, em particular as classes médias e os núcleos operários organizados.

Para o mundo dos desprivilegiados, funcionam aparelhos específicos de governo, dedicados a negociar em situações

de emergência social com as organizações que ali se geram; após o terremoto de 1985, programas especiais de moradia e equipes técnicas muito capacitadas na negociação, na mediação, na lentição, na divisão, no confronto, na cooptação, na repressão... As políticas baixam, assim, das Secretarias a certas Diretorias, do Departamento do D.F. (a prefeitura) às Delegações, do subdelegado a um ajudante. Com tudo isto, as organizações populares também correm o risco de cair em uma minipolítica (como foi exemplificado por Ruth Cardoso, para o caso brasileiro) e de desatender a relação com suas bases por ficarem absorvidos no "acordo social".

Mas, do lado do mundo integrado observamos uma tendência dirigida ao ascenso por parte de organizações e dirigentes (o que chamaremos de buropolítica mais adiante), elevando sempre o ponto de gravitação em direção aos meios parlamentares, os deputados, as direções partidárias, as diretorias ministeriais e de faculdades e institutos universitários, as assessorias, as entrevistas e os reconhecimentos públicos televisionados, o acesso a colunas de opinião nos jornais etc. A sucção funciona assim, desde cima e desde baixo: "buropolítica" e "infelicitação" (atomização anômica), e entre as duas, onde devíamos encontrar identidades intermediárias consistentes, o deserto. Por isto, no lado da marginalidade, tende a perder importância a negociação ou o confronto com o presidente e o discurso ardente de um deputado da oposição, lá em cima, nas alturas. O negócio está abaixo: "se faz a drenagem ou não se faz". Se não são capazes de se colocar neste nível, os partidos aparecem "acima" e "por dentro" e o próprio PRI se torna lento para este modo específico e muito técnico de atender às demandas populares (na verdade, retrai-se a sua função eleitoral). É assim como se foi gerenciando ao longo dos anos oitenta, como produto de um afã neoliberal um "Estado de exclusão", como substituto do "Estado populista", que caracterizou o México até o final do *boom* petrolero.

Mas o fim do Estado populista não significa, como veremos, o fim da relação populista com o Estado; de maneira que o dismantelamento dos grandes privilégios paternalistas em vez de modernizar a articulação entre sociedade e Estado veio a provocar um vazio maior no sistema político ou das intermediações. Em uma débil relação com partidos e aparelhos de governo, o desprivilegiado tende a passar, sem intermediários, da discussão sobre o diâmetro da canalização da água à adesão a

Cuauhtémoc Cárdenas sem mais argumentos. A quase nula tradição de partidos políticos e identidades intermediárias torna este fenômeno um ato prodigioso para o exemplo mexicano.

Poderíamos dizer, com Tironi, que no âmbito dos desprivilegiados não se valoriza a dimensão representativa ou "liberal" da democracia, e sim seu aspecto participativo, substantivo e a relação direta com quem tem a capacidade executiva. O neocardenismo, então, estaria, através de um novo líder, esvaziando de conteúdo convencional e de centralidade o presidente e o PRI para transferir esses atributos para um novo vértice (embora isto corresponda já à relação Estado-Sociedade, sobre a qual nos referimos mais adiante).

5. Polícia e Pobreza

Obviamente, nem tudo é acordo e anomia apática, porque, se há algo que caracteriza o mundo da exclusão é a violência, o roubo, os bandos. Aqui também, todavia, à idéia de uma franca ruptura e uma completa separação entre os bandos juvenis e a ordem das instituições sociais, cujo braço pertinente seria a instituição policial, teríamos de opor a idéia de uma continuidade. Esta imagem de uma guerra sem trégua entre bandos e polícia (*Warriors, Collors...*) pouco ajuda a entender o que ali está acontecendo.

Existem, é certo, determinadas situações de grande confronto: bairros de difícil acesso, embora não recentes necessariamente; grandes unidades habitacionais onde famílias remanejadas, despejadas e desabrigadas moram de maneira precária, sob condições de grande amontoamento e tentando manter a sua identidade de origem perante os grupos do quarteirão, ou do prédio vizinho. Os próprios moradores demandam, então, o estabelecimento de uma nova ordem, conseguir isto acaba gerando em certas ocasiões batalhas campais, lançando mão de "granadeiros", polícias montadas e outros corpos especializados.

Porém, o grosso dos intercâmbios entre polícia e bandos se dá em uma etapa bastante posterior deste processo de "socialização selvagem". Se dá nos outros meios urbanos, também paupérrimos, sem dúvida, embora mais "regularizados", nos quais se chega, inclusive, a estabelecer tréguas entre bandos e polícia, se dialoga com os delegados políticos, se obtém

permissões para fazer festivais de rock, se convida os jovens a aprender a dirigir motocicleta, montar a cavalo ou a dirigir uma patrulha obtendo assim sua carteira de motorista, visando naturalmente fazer parte da “polícia do bairro”. Tudo isto é feito paralelamente à sua contrapartida: as detenções permanentes de grupos juvenis por patrulhas e táticos móveis (“razzias”, “operações pente-fino”).

Todo jovem, só ou acompanhado, com calças tipo “bag”, um modo característico de pentear-se e de se vestir, circulando por certas zonas da cidade, é apanhado, golpeado, vigiado e convertido em delinqüente, mais ou menos perigoso, dependendo de sua situação no momento da detenção, do que seja encontrado nos seus bolsos, ou da hora e dia da semana em que seja surpreendido. Mas estas detenções são tão cotidianas (mais de uma vez ao mês, segundo dados levantados na “Intervenção Sociológica” que realizamos em equipe, juntamente com Héctor Castillo e Alicia Ziccardi nesse meio) que os jovens já não tentam mais fugir e menos ainda tentam confrontar-se com a polícia. Sabem que na grande maioria dos casos não serão apresentados diante dos postos policiais, inclusive se se tratar de delitos graves.

A solução se dá, assim, no âmbito da patrulha, do bairro e da família, os quais contribuem com recursos para obter a liberação do “carinha” e evitar sua detenção (se paga, inclusive, com bens intercambiáveis posteriormente por dinheiro).

Podemos, então, imaginar sem dificuldade uma clara simbiose entre polícia e delinqüência. O jovem é levado a roubar para manter toda essa equipe de extorsão de recursos que se nutre da sociedade integrada (da classe média, na realidade). Poderia se falar em algum tipo de redistribuição direta dessa renda?

Do ponto de vista do neoliberalismo, os baixos salários da polícia, assim complementados, permitem remediar as finanças governamentais, porém seus resultados são inversamente proporcionais no que se refere à saúde pública. Entre o “carinha”, o bando, a família, o bairro e a polícia, poderíamos imaginar uma espécie de “*gestalt anômico*” cada vez mais característico do mundo da exclusão? Quem sabe. Mas neste panorama faria pouco sentido suspender um policial por corrupção ou olhar desconfiadamente os “carinhas” do bando que se incorporam ao corpo policial. É como deslocar, sem orientação, um

pouco mais pra cá ou um pouco mais pra lá, a linha de separação entre o bem e o mal.

6. Buropolítica, Atomização e Destruição das Identidades Intermediárias

Digamos enfim que, talvez, o mecanismo mais importante de destruição das identidades no mundo dos excluídos (e neste caso também nos outros âmbitos) tem sido a absorção das lideranças em direção às alturas burocráticas da política, o que temos qualificado como “buropolítica”.

Efetivamente, em sociedades como a mexicana, onde o conflito e as lideranças se geram constantemente devido à situação de atomização e, particularmente, pela ausência de identidades e organizações intermediárias (ora no plano do sistema político, ora no plano dos movimentos sociais, ora no plano comunitário ou associativo em geral), o mecanismo privilegiado da estabilidade e da ordem consiste na destruição daquelas constelações alternativas, daquelas erupções dispersas. Dividindo, encarcerando, matando, cooptando; o mecanismo consiste na destruição de sistemas locais de autoridade e conseqüente centralização em uma burocracia altamente hierarquizada e disciplinada em torno de um chefe indiscutido.

Não há dúvida que esse ponto está ligado diretamente à questão do Estado (enquanto forma específica de articulação com cada sociedade). Esclareçamos, contudo, uma definição a respeito do “fenômeno buropolítico”, exacerbado na cultura mexicana, uma vez que já nos atrevemos a levantar a hipótese de que constitui o nosso mais importante mecanismo de ordenamento.

Digamos brevemente que as identidades intermediárias deturpam-se como produto de um duplo mecanismo reiterativo:

a) em primeiro lugar, pela *dinâmica rumo às alturas* que comporta os vários passos da via buropolítica e que nos permite entender que não se trata de um simples voluntarismo das direções. Estamos diante de uma série de “deslocamentos” que respondem a profundos mecanismos psicológico-culturais e que são reconhecíveis quando se manifestam nas seguintes condutas coletivas da ação sócio-política:

1º a fascinação por “uma causa” cujas bases são geralmente mal conhecidas, mas que permitem o

- deslocamento da responsabilidade individual em direção a alguns símbolos e imagens minimamente compartilhados;
- 2º a fascinação pelo líder; o afilhamento a uma personalidade responsável pela causa: um segundo deslocamento das responsabilidades individuais ou do grupo intermediário;
 - 3º uma fascinação perfeitamente lógica: a indicação de qualquer dissidência como traição; de qualquer identidade intermediária e societal como digna de suspeita. Não pode existir uma terceira verdade porque, senão, eu posso estar errado ao abraçar essa causa; de modo tal que as bases ficam no seu lugar para que possa ser varrido o terreno existente, alheio tanto às hierarquias quanto ao nosso disciplinamento ou dos nossos adversários (deslocamento da obrigação de fundamentar os princípios de minha conduta);
 - 4º a fascinação pelo perdão na cúpula, pela reconciliação, depois de ter destruído o adversário e de estarem atomizadas ou diluídas as idéias intermediárias, autônomas, através da repressão ou do esfriamento das bases pela causa, produto do distanciamento da liderança na sua ascensão burocrática (deslocamento das responsabilidades por parte da liderança triunfante ao compatibilizar seu projeto com o de seu adversário).

b) Podemos vincular o que acabamos de colocar com outro aspecto do desaparecimento das identidades sociais: o esvaziamento para baixo. De fato, as bases de uma luta social se atomizam novamente pela repressão e/ou pelo afastamento da sua direção rumo à burocrática. E quando isto acontece, regularmente surgem os rompimentos entre as chefias moderadas e as radicais, entre os basistas e os cupulistas, alastrando-se o desconcerto, a desmoralização, a descontinuidade da ação social. Tudo isto se vê facilitado como resultado de alianças tão amplas e, geralmente, tão diferentes nestes processos e lutas, dado que só acumulando forças se pode enfrentar um adversário tão poderoso, como é o Estado em sociedades sem vocação de

democracia social. A propensão natural às cisões, à desagregação, à atomização, é, então, muito grande. Por isso podemos afirmar, antecipando idéias, que o neocardenismo será forte só na medida em que chegue a ser Estado. Parece tautológico, mas é certo que só sendo mais forte virá a ser forte, pois negociando e mantendo-se como oposição de longo prazo, as suas tendências centrífugas, as divisões, as reconciliações resultarão em perigos enormes, num momento em que o PRI começa a purgar seu pecado neoliberal. Mas, é claro, nesta mesma frase entendemos por que a lógica da ação mexicana tende ao confronto, ao tudo ou nada, ao aqui e agora: não há identidade sem Estado.

Tudo isto já implica uma certa dose de otimismo, pois em geral, nem se chega ao ponto de negociar e tentar manter-se como oposição; a identidade é simplesmente apagada pela dinâmica repressão→ eliminação da liderança radical→ cooptação da corrente moderada (reconciliação)→ solução para (algumas) demandas.

Dispondo o Estado mexicano de mecanismos historicamente tão trilhados, chama a atenção que o neocardenismo tenha crescido tanto, ao ponto de tornar a reconciliação, a propensão buropolítica, a balcanização do adversário e a repressão seletiva uma manobra altamente complexa.

É óbvio que o mecanismo buropolítico tem se atrofiado no México dos anos oitenta. A elite tecnocrática em que se apoiou o presidencialismo do último sexênio encontrou no pensamento neoliberal o pretexto perfeito para reduzir a burocracia numa época de crise, para expulsar da aliança estatal não apenas amplos setores da baixa burocracia mas também todas aquelas lideranças do eixo PRI – Governo, suscetíveis de serem acusadas por terem posturas ineficientes→ integracionistas→ dilapidadoras→ patrimoniais→ gregárias→ populistas→ populares; talvez formadas da mesma forma que a equipe modernizadora de Porfírio Díaz (“Os Cientistas”), na lógica do enclave mineiro, enriquecidos graças ao controle que exerciam sobre o Estado (já que só a partir daí outorgam-se as autorizações de exploração e exportação dos metais).

A tecnocracia que ascendeu ao poder durante o *boom* petrolífero de 1976-1982 foi incapaz de compartilhar o poder com as lideranças surgidas da crise posterior e, não querendo gastar os poucos recursos em um trabalho de abertura e cooptação, preferiu fechar drasticamente o acesso ao Estado, sob

o pretexto da lógica neoliberal. Se o tivessem feito, teriam acabado com a própria burocracia operária (Fidel – Central dos Trabalhadores Mexicanos) e enfraquecido o PRI, encorajando a tendência social-democrata, antiautoritária, consumidora e pluralista do Partido da Ação Nacional. Só que, quando viram, em 1983, que este partido ganhava força em algumas regiões do país, preferiram enquanto burocracia possuidora do Estado apoiar-se no que existe de mais autoritário dentro do PRI e concentrar sua vocação modernizadora, a partir desse momento, na execução cibernética da fraude eleitoral.

Quando os processos de modernização, vistos como voluntarismo dos planificadores, atentam contra estes mecanismos; quando, além disso, à *repressão* constante e consubstancial deste sistema não se associa sua contrapartida indispensável, que é a *cooptação* (através da inclinação natural das lideranças para a *buropolítica*), e se gera a *exclusão* também no nível das cúpulas e das elites; e quando, enfim, todo este mecanismo se realiza em meio a uma crise profunda de progresso, em meio a uma privação popular no aspecto econômico e quanto às perspectivas de futuro, as constelações e as ordens alternativas florescem prodigiosamente. Como disse François Furet, pensando na Revolução Francesa: Luis XVI deixa de estar no centro, vacila a ordem e um imaginário coletivo se organiza em torno de outros princípios: se altera a hierarquia dos “santos”...; e não resulta do acaso o paralelismo com a França tão centralizada, tão massiva, tão atomizada, tão delibilitada em suas ordens intermediárias, tão alterada pelos planos modernizadores e pela fome... e tão eruptivamente jacobina.

A ORDEM ESTATAL

Só neste contexto é que se entende o outro grande fenômeno que têm vivido os mexicanos e toda a região latino-americana recentemente, e para muitos, ainda, incompreensível: essa espécie de retorno do populismo. Aqui também, terá de se encontrar uma conceitualização precisa para evitar que nos atolemos em discussões antigas e para não cair inocentemente nas imagens, sem êxito, pelo neoliberalismo.

De fato, esta ascensão do popular e da sua liderança, a observarmos com grande clareza, primeiro no Peru e agora no México, embora muitos indícios nos permitam formular a hipótese de que se trata de um fenômeno espalhando-se com força por toda a América Latina.

Alfonsín, na Argentina, se vê transbordado pelo peronismo, Carlos Andrés Pérez faz um retorno triunfal na Venezuela, e outras lideranças populares, em ocasiões francamente decadentes, são capazes de triunfar eleitoralmente frente aos candidatos da modernização, como aconteceu em São Paulo e em outras partes do Brasil. Por sua vez, Tironi descobre entre os favelados do Chile, uma clara preferência pelos líderes autoritários distributivistas do tipo Frei, acima das representações partidárias, sindicais e outras formas de intermediação.

E como duvidar de que é isso o que está acontecendo: de que há um enfraquecimento das precárias ordens intermediárias destas sociedades em transição acelerada para o estancamento, em favor da relação líder-massa, pretensamente mais direta e onde por massa se entende um agregado inorgânico de individualidades e manifestações atomizadas debilmente integradas, contraditórias e descontínuas? Diante do estancamento econômico e da ausência de mobilização global, prevalecem as formas de integração anômica, o retraimento em si próprio ou no pequeno grupo, situação tão fácil e acriticamente integrável a qualquer "causa", graças a sua fascinação pela liderança.

Assim, a situação de ascensão do popular não tem uma correlação organizacional, mas sim uma debilidade na integração das suas ordens intermediárias, um frágil sentimento de pertencer ao grupo; uma situação de cada um por si e de todos contra todos. Torna-se difícil, neste panorama, construir ou conservar os laços comunitários e associativos no bairro, no "ejido", nas cooperativas, nas coordenadorias sindicais ou urbano-populares, nas Comunidades Eclesiais de Base, nos órgãos de defesa da qualidade de vida. Rende poucos frutos. Inclusive, a atividade de partidos e agrupamentos políticos e culturais, levada a cabo, com muito esforço, no seio das camadas mais precárias: o homem forte, o líder máximo "terá de encontrar uma solução, e é nele que aposto".

Mais do que populismo, entramos em cheio no terreno das teorias sobre a sociedade de massas, nas teorias dos compromissos políticos que derivam da atomização. Estes comporta-

mentos, naturalmente, são muito variados, dependendo de cada tipo de conformação histórico-social e de cada tipo de ordem estatal. E podem ir desde o bem conhecido extravasamento espontâneo e massivo da ordem (como o *Bogotazo*; os favelados de Santiago em 83; Rio e São Paulo em 1984), passando pela massa apática e despolitizada e de uma ordem "manipulada" a partir de um líder ou de uma burocracia altamente centralizada³.

Weffort, disse Touraine, assinala que "a democracia não pode construir-se se por trás do arranjo institucional não recebe sangue e vida através dos movimentos sociais, e é isso o que pensam a Esquerda Unida no Peru, os vários MAPUs e a Esquerda Cristã no Chile, o FUT equatoriano".

Mas é o mesmo autor quem nos lembra que pouco a pouco os latino-americanos têm sido convencidos pelo argumento de que "os grupos urbanos trabalham mais facilmente com o Estado do que com os partidos de oposição para conseguir uma escola, um posto de assistência pública, pavimentação, defesa policial etc. Isso demonstra – conclui Touraine para nossa surpresa – que não há resposta nem solução nos chamados movimentos sociais urbanos..."⁴.

Não são os movimentos e as lutas sociais, não são as ordens comunitárias ou associativas e tampouco parece ser o sistema político em suas manifestações partidárias, parlamentares, frentistas ou sindicais, as esferas de expressão sócio-política privilegiadas por esta crise de progresso. Na verdade, são eles os grandes perdedores. Como disse Tironi: "o isolamento dos indivíduos e a segmentação da sociedade em grupos primários obriga a que seja o Estado o centralizador das relações sociais, concentrando em suas mãos as comunicações e as decisões coletivas. De fato, uma sociedade atomizada, carente de grupos secundários, de associações intermediárias ou corporações, delega sua unidade à instituição estatal e fica inerte perante ela. Nestas condições, o Estado é livre para manipular a população, sem que nada ameace

³Pierre Birbaum, "Mobilisations, structures sociales et types d'Etat". *Revue française de sociologie*, Jul-Sept. 1983. Ver também Tilly, Ch., *From mobilization to revolt*, Raqing, Addison Wesley, 1978; Moscovichi, S., *L'agedes Frules*, Fyard, 1981; Theda Skocpol, *States and Social Revolution*, Cambridge Univ. Press. 1979; Hannah Arendt, *Le systeme totalitaire*, Paris, Le Seuil, 1972; Kronhauser, W., *The Politic of Mass Society*, Illinois, 1959, The Free Press of Glencoe.

⁴Touraine, *Proposiciones*, nº 14, Revista del Instituto Sur, Santiago, 1988.

sua independência; ainda mais, tenderá a ganhar maior autonomia aprofundando a atomização da sociedade”⁵.

Uma vez atingido esse ponto, fica impossível não expor o problema com toda clareza: não será a via populista, ou digamos, este renascimento da relação popular-nacional a única forma “sã” de integração na crise? Que horror ter dito isto há quinze anos e, não obstante, hoje não soa tão mal ou, ao menos, tão desautorizado pelos fenômenos que estão diante de nossos olhos.

De fato, poderíamos perguntar-nos: de onde, senão, a partir de um Estado mobilizador seria possível articular manifestações que, por momentos, aparecem como atomização ou individualização anômica, ameaçando também com explosões espontâneas e radicais de violência, e que se refugiam – quando ainda lhes é possível – na comunidade e nas identidades restringidas que tendem serem atraídas pelo consumismo, tipo classe média, antiautoritário e anti-nacional, em algumas ocasiões?

Entre a violência desorganizada, o retraimento anômico, a apatia atomizada e a tendência das nossas sociedades a aprofundar as desigualdades entre o mundo da exclusão, uma classe média em decadência e uma minoria privilegiada, a volta surpreendente do monstro paternalista-autoritário começa a revelar-se como uma solução de continuidade, coesão nacional e reconstrução das identidades. Solução muito mais sadia que o abandono ao qual o excludente Estado neoliberal tem submetido a sociedade latino-americana na sua obsessão por deter a inflação, reconverter a indústria, pagar a dívida, tornar-nos competitivos em mercados excludentes. E tudo isso para voltar a crescer, como se o crescimento do PIB erradicasse as desigualdades sociais e contribuísse à integração mais sadia das nossas sociedades.

Quem pode duvidar que tivesse sido muito melhor para os latino-americanos um tipo de sociedade forte nas suas organizações intermediárias, que facilitasse o crescimento da personalidade de cada indivíduo, a interação no mais alto nível de racionalidade, como prefere dizer Habermas, ou o interesse coletivo da Pólis dito por Castoriadis. Um tipo de sociedade que fizesse corresponder agregados sócio-econômicos com organizações ou partidos políticos e com ideologias ou projetos de sociedade futura; que desenvolvesse – em síntese – instituições estáveis, tanto sociais quanto no plano das representações políticas.

⁵Eugênio Tironi, “Para una sociología de la decadencia”, *Op. cit.*, p. 15.

Mas o que tem acontecido é que não nos estamos aproximando nem de uma democracia assentada na sociedade civil (mesmo que fosse como resultado da luta conflitual entre classes), nem de uma democracia com predomínio da sociedade política (partidos, parlamentos ou grandes forças corporativas). O que predomina parece favorecer, no melhor dos casos, a lógica massivo-popular, popular-estatal ou popular-nacional, ou como se queira chamar.

Seria, também, enganosamente harmônica a imagem de uma democracia popular com a sua correspondência jacobina. O esquema ordena-se melhor se alimentado por todos os referenciais organizacionais antes aludidos, mas onde a relação estado-massas parece adquirir uma notoriedade relativa. Não sei se o exemplo é generalizável, mas em 1988 vimos o dismantelamento do aparelho estatal, sob pretensões modernizadoras e corporativas, de maior importância e de mais tradição na América Latina: o Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano. Foi esvaziado contra a modernização neoliberal que, aparentemente, o havia hegemonizado e contra os privilégios corporativos supostamente operários, camponeses e populares. E tudo em nome do povo, pelo filho de Lázaro Cárdenas, com a criação de um antipartido político, após sua renúncia ao PRI e fazendo um apelo, *sem mediações*, aos excluídos, à classe média em decadência, aos nacionalistas contrários ao pagamento da dívida, aos setores universitários ilustrados inconformados com o "elitismo" paralelo à infelicidade popular e a todas as organizações, indivíduos, correntes, vilarejos, povoados, "ejidos" e agrupações humanas que estivessem aborrecidas de viver nessas condições.

OS AGREGADOS E AS CIFRAS

Para tornar mais aceitáveis os argumentos até aqui expostos, teríamos de responder a duas séries de objeções: em primeiro lugar, à tese segundo a qual o neocardenismo seria o resultado de um *reordenamento* da sociedade civil contra o Estado-PRI, o que foi possível graças à maior articulação entre os movimentos sociais, as organizações populares intermediárias, e as organizações políticas (os partidos, principalmente). Em segundo lugar, teríamos de responder ao problema de que, mesmo

não sendo o neocardenismo o resultado de uma progressão como a enunciada, de toda maneira a sua progressão espontânea teve como resultado um reordenamento na sociedade civil e na sociedade política, encerrando-se hoje, nesse sentido, uma primeira fase com a criação do Partido da Revolução Democrática (PRD).

A respeito da primeira questão: em que medida Cuauhtémoc Cárdenas foi o candidato da sociedade desorganizada? Não pretendendo que as cifras eleitorais tenham uma correspondência nítida com as categorias sociais (de fato, a grande massa de votantes do PRI e do cardenismo é a mesma), algumas indicações são altamente reveladoras, num grau que poderia se afirmar que, enquanto Clouthier foi o candidato da *sociedade integrada*, Salinas o foi da *sociedade tradicional pobre* e Cárdenas foi da *sociedade desorganizada* ou, digamos, da sociedade mais castigada pela dupla desordem mencionada.

1. Com relação a Salinas, nos limitamos aqui a lembrar o que foi dito pela Fundação Rosenbleuth após uma análise estatística onde conclui que: “não se está longe da verdade dizendo que Carlos Salinas foi essencialmente o candidato dos pobres, uma vez que as maiores porcentagens de votação para este candidato e os que decidiram o seu êxito estão relacionadas com as atividades agropecuárias e o baixo índice de urbanização, os setores de baixa renda (abaixo dos salários mínimos típicos das zonas rurais) e com uma deficiente infra-estrutura básica de serviços (moradia, água e luz, educação, transportes e saúde).

Não há dúvida de que isto reflete uma manipulação fraudulenta das cifras, pois o fato de que o abstencionismo em “áreas da Serra Tarahumara e da Selva de Chiapas seja tão reduzido quanto o da Noruega ou da Holanda, resulta um tanto ofensivo para a população”⁶. Seja como for, obter uma votação tão elevada nessas regiões (fraudulentamente, é claro) não deixa de mostrar um predomínio igualmente elevado do partido do governo e dos outros aparelhos públicos como a SEP, o IMSS, a CONASUPO, o BANRURAL etc.

⁶ *Geografía de las Elecciones Presidenciales de México*, 1988, Fundación Arturo Rosenbleuth, nov. 1988 – pp. 16;17 e 46.

Porém, exagerar o referencial rural-paupérrimo do salinismo seria incorreto, pois, como nos é lembrado pela citada pesquisa, nas áreas urbanas e semi-urbanas obteve aproximadamente 50% dos votos (não foi assim nas áreas metropolitanas, onde apenas chegou a 34%). Isto por si só teria lhe assegurado o triunfo, mas "teria-se tratado de uma maioria relativa"⁷.

Contudo, poder-se-ia concluir que o PRI começa a aparecer como um espectro com tendência à polarização: de um lado, fortemente marcado pelo rural-tradicional-paupérrimo; de outro lado, composto por um núcleo duro altamente influente, que seria a alta burocracia ou a classe política, os grupos de cúpula do poder econômico, com o exemplo nítido do monopólio da televisão – não do empresariado médio, mais próximo ao PAN – e pelas cúpulas operárias (não pelas bases, nas zonas industriais votaram 16% em Salinas, 22% em Cárdenas, 26% em Clouthier)⁸. O que há de mais moderno, os grandes aparelhos da dominação pública e privada (falando um pouco em termos habermasianos) de um lado e, no outro extremo, o maior atraso, a pobreza, a tradição e a falta de cultura: esta seria a tendência predominante do partido do Estado⁹.

⁷ A distribuição era: metropolitana, urbana, semi-urbana, rural, dispersa *Geografía de las Elecciones Presidenciales de México*, Op. Cit., pp. 18-23 e 30.

⁸ *Ibidem*, pag. 13.

⁹ Os resultados do "survey" dirigido por Miguel Bazañes, dias antes das eleições, não contradizem o até aqui sustentado:

COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS PARTIDOS

"Quem são os votantes do PRI?"

Dirigentes públicos	=====	75,1
Burocratas	=====	62,6
Dirigentes privados	=====	50,4
Camponeses	=====	47,6
Empregados	=====	43,8
Donas-de-casa	=====	43,2
Profissionais	=====	41,1
Marginais	=====	37,2
Operários	=====	36,5
Empresários	=====	35,1
Intelectuais	=====	29,7
Estudantes	=====	28,3

0 10 20 30 40 50 60 70 80

Dessa forma, todas as identidades coletivas intermediárias e com certa autonomia (particularmente, grupos de base não enquadrados no tradicionalismo camponês e indígena) estariam abandonando o PRI, uma vez que o princípio do funcionamento (da existência) deste aparelho estaria baseado na destruição de todos esses espaços de identidade social mediante a burocratização das lideranças e a pulverização (atomização) das bases.

2. O neocardenismo (em particular, a liderança de Cuauhtémoc Cárdenas) é o catalisador desse enorme remanescente em aumento, que a modernização em crise já não absorve, nem em termos objetivos, nem como ideologia do progresso. Cuauhtémoc foi maioria em 100 dos 300 distritos eleitorais; destes 100, a metade corresponde à área urbana da Cidade do México (37 de 40 no Distrito Federal).

O restante, como assinala a Fundação Rosenbleuth, está fortemente ligado à “figura do general Lázaro Cárdenas, que apareceu com inusitada força em algumas regiões do país, diretamente ligadas à obra do ex-presidente, tanto durante o seu governo quanto em outras etapas posteriores da sua vida, como La Laguna (2 distritos), o estado de Michoacán (12 distritos, inseparáveis, também do governo de Cuauhtémoc), Baixa Califórnia do Norte (4 distritos), o estado de Oaxaca, onde trabalhou em seus últimos anos, a Costa Grande de Guerrero (2 distritos) e algumas zonas dos estados de Veracruz, Guanajuato e Hidalgo, identificadas como zonas petrolíferas”.¹⁰ Outros distritos majoritários foram: 4 em Morelos e 8 no Estado de México.

Mas voltando ao dado significativo referente aos 50 distritos eleitorais ganhos na área urbana da Cidade do México, um fato deve ser destacado: “a simpatia que Cuauhtémoc Cárdenas conseguiu ganhar entre a população jovem das áreas urbanas influenciou amplos setores da população urbana, incluindo aqueles de renda alta”.¹¹ Não é este o momento para desenvolver esse tema, mas não há dúvida de que o movimento

(porcentagem)

¹⁰ *Ibidem*, pag. 19.

¹¹ *Geografía de las Elecciones...*, Op. Cit., pp. 19.

estudantil que teve início no ano 1986 e que foi herdeiro da desordem sísmica de 85, quebrou – através do discurso – a confiança na ciência e na técnica, no eficientismo e na excelência na qual se apoiaria o discurso modernizador do salinismo durante sua campanha eleitoral; nesta medida é que podemos falar do fenômeno CEU–Cardenista.

Com o objetivo de ponderar estas afirmações, devemos ter em conta a todo momento que o grosso do voto para Cuauhtémoc Cárdenas foi de zonas nas quais ele não chegou a ter a maioria (60% dos votos).

Pode-se afirmar, uma vez feitas as ressalvas, que:

1) o voto por Cárdenas foi predominantemente urbano (70%) naquelas zonas onde obteve a maioria, contra os 33% de Salinas; porém, apesar disso, Salinas obteve 4 milhões e 150 mil votos em zonas urbanas, contra 3 milhões e 800 mil de Cuauhtémoc;

2) as zonas nas quais ganhou Cuauhtémoc caracterizam-se por taxas de crescimento demográfico da ordem de 4,2 % anual contra os 2,5 % daquelas zonas onde o triunfo foi de Salinas (o que é importante ser indicado ao falar sobre a “dupla desordem”);

3) as zonas nas quais predominou Cuauhtémoc Cárdenas são agropecuárias em 13% e industriais em 22%, no entanto estas proporções foram para Salinas de 38% (agropecuário) e 16% (indústria); e 4% e 26%, respectivamente, para Clouthier¹²;

4) enquanto 83% dos votantes em favor de Salinas tinham uma renda de dois salários mínimos ou menos, no caso de Cárdenas a porcentagem é de 69%¹³;

5) 92% dos votantes de Cárdenas tinham moradias com energia elétrica, e só 61% dos de Salinas a possuíam; no caso da água potável as cifras são de 87% para Cárdenas e 45% para Salinas.¹⁴

Fazendo uma generalização, sem dúvida nenhuma, poder-se-ia dizer que as bases sociais do neocardenismo são:

a) o grande bolsão em crescimento da desintegração social e da exclusão (portanto, predominantemente urbana);

¹² *Ibidem*, pp. 18, 23 e 30.

¹³ *Ibidem*, pp. 18 e 23.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 18 e 23.

b) o cardenismo histórico (La Laguna, Michoacán, as zonas petrolíferas etc.);

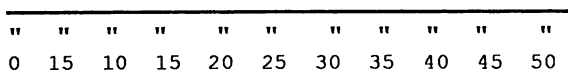
c) um significativo conjunto de setores médios que deveria ser estudado com maior cuidado, mas entre os quais já se destacam com nitidez aqueles mais ilustrados (trabalhadores intelectuais, profissionais e estudantes) e muito provavelmente alguns grupos de assalariados médios; públicos e privados, arrojados no seu nível de vida pela crise e pelos cortes orçamentários.

Os resultados do "survey" de Miguel Bazañes também são ilustrativos a respeito dos votantes cardenistas (ver gráfico da página seguinte).

3. Que o PAN seja o partido da *sociedade* melhor integrada, não há dúvida nenhuma. Os 17% dos votos obtidos não resultaram de um reflexo errado da dimensão do México. Não se trata só de uma integração ao mundo moderno do consumo, da moda e da eletrônica (a julgar pela nutrida votação nas três grandes áreas metropolitanas do país, assim como em Sinaloa, Baixa Califórnia, Sonora, Chihuahua, etc.), como também ao mundo tradicional, bem integrado em seus valores, que poderíamos relacionar grosseiramente com Guanajuato, San Luis de Potosí, Jalisco e Yucatán.

"Quem são os cardenistas?"

Intelectuais]	=====	49,2
Operários]	=====	41,3
Marginais]	=====	37,6
Estudantes]	=====	36,9
Camponeses]	=====	35,2
Profissionais]	=====	26,9
Empresários]	=====	26,7
Donas de casa]	=====	25,8
Empregados]	=====	18,8
Burocratas]	=====	18,1
Dirigentes privados]	=====	17,7
Dirigentes públicos]	=====	14,3



(porcentagem)

Os dados respaldam esta opinião:

1) a porcentagem dos seus votantes em áreas urbanas e metropolitanas é de 90% frente a 33% de Salinas e 72% de Cárdenas;

2) existe uma estabilidade no voto, se comparado com os resultados eleitorais de três anos atrás;

3) as taxas de crescimento médio das zonas panistas (3,5%) são menores que as de Cuauhtémoc;

4) recebeu um apoio francamente exíguo dos trabalhadores do campo: 4% (Salinas obteve 38% e Cárdenas 14%);

5) "Os distritos onde mais apoio obteve, são essencialmente zonas industriais, com uma PEA industrial de 20,5%, muito superior às zonas onde triunfaram Cuauhtémoc Cárdenas e Salinas, e com uma tendência clara a aumentar. Algo semelhante, embora aconteça de um modo mais instável, ocorre com a população dedicada ao setor de serviços";¹⁵

6) entre a população com menos de um salário mínimo, Clouthier obteve apenas 23% de votos frente ao 48% de Salinas. Porém, entre o cardenismo e o panismo não houveram diferenças fortes em função dos serviços básicos com que contavam as moradias (luz e água).

"É importante observar, segundo diz o estudo da Fundação Rosenbleuth, que a natureza dos votantes do PAN corresponde totalmente ao discurso do partido, cujas teses políticas têm-se concentrado na redução do gasto público com o objetivo de controlar a inflação e dar maior liberdade à empresa. Discurso que é de suma importância para o pequeno e médio empresário, para o comerciante e para o profissional independente, para os empregados de grandes lojas e das instituições financeiras, geralmente mais conservadores que os industriais".¹⁶ O "survey" de Miguel Bazañes é novamente esclarecedor a respeito.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 29.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 29 e 30.

"Quem são os panistas?"

Empresários]	=====	33,3
Dirigentes Privados]	=====	29,4
Estudantes]	=====	29,1
Empregados]	=====	28,1
Profissionais]	=====	26,0
Donas de casa]	=====	22,7
Marginais]	=====	13,9
Operários]	=====	13,7
Intelectuais]	=====	12,9
Burocratas]	=====	11,3
Camponeses]	=====	9,9
Dirigentes públicos]	=====	6,3

"	"	"	"	"	"	"	"	"
0	5	10	15	20	25	30	35	

(porcentagem)

BUROPOLÍTICA E ATOMIZAÇÃO SOCIAL

A segunda objeção formulada também é importante, pois estabelece que o neocardenismo – apesar de ser herdeiro da desorganização social e da perda de identidades intermediárias – resultou em formas organizativas e identidades que poderiam constituir uma alternativa mais "sã" perante o desfalecimento social que a crise e o neoliberalismo têm provocado.

A amplificada "visibilidade" dos partidos da oposição, o inusitado protagonismo dos atores e forças parlamentares, e o costumeiro devir, quase corriqueiro, de certos movimentos sociais – suas divergências e seus símbolos (Sindicatos de Costureiras, de Músicos, da Aero-México, Assembléia de Bairros, Central Única de Desabrigados, CONAMUP, CEU, Superbairro, etc.), seriam um bom exemplo do argumento contrário a uma crescente desordem social em nosso país.

É prematuro estabelecer juízos categóricos a respeito disto; porém, teríamos de moderar nosso otimismo pelas seguintes razões:

a) em primeiro lugar, cabe formular a hipótese de que os votos recebidos pelos partidos políticos da oposição foram –

em uma porcentagem altíssima – votos emitidos em favor da pessoa de Cuauhtémoc Cárdenas enquanto líder, e – em pequena medida – votos em favor das organizações que postularam sua candidatura (quiçás, a única exceção tenha sido o eleitorado do PMS, mas esse partido, possuidor da identidade menos desalinhavada da coalizão que apoiou Cárdenas, recebeu uma porcentagem de votos inferior às anteriores disputas eleitorais).

Dessa maneira, a posterior centralização parlamentar, após o dia 6 de julho, seria mais um resultado surpreendente da legislação eleitoral do que o produto de uma relação orgânica entre o legislador e a sociedade, vista como eleitorado, movimentos sociais, organizações etc. (especialmente porque o grosso dos deputados da oposição são plurinominais e não estão ligados a uma região, portanto raramente representam um agregado social definido).

b) Apontemos rapidamente que um dos problemas mais sérios da relação líder-massas, quando o líder não está no poder, é a enorme dificuldade para manter unidos os integrantes da ampla aliança oposicionista, quase sempre súbita e espontânea, uma vez que ela constitui o motor dessas expressões. Converter o fenômeno cardenista, que culminou no dia 6 de julho de 1988, em um partido político, tornou-se uma tarefa delicada. Privilegiar a distribuição geo-eleitoral das forças organizações e movimentos sócio-políticos, das organizações e partidos que constituíram a aliança eleitoral original, estimulando um novo núcleo dirigente restrito, porém mais manipulável, alguma outra opção ou então, todas juntas, não é tarefa fácil. Cada uma tem seus custos, já que não são forças orgânicas, nem ideologicamente definidas, e nessa medida a frágil aliança está constantemente ameaçada pelas ofertas de reconciliação em troca de pequenas parcelas de poder vindas do Estado. Conseqüentemente, as cisões e a dispersão estão começando a ser uma realidade no movimento cardenista.

Mas o fato de que essas organizações, forças e partidos políticos atuem com semelhante veleidade e autonomia, sem temerem o questionamento e o julgamento dos seus seguidores, da crítica ou da opinião pública, não é assunto exclusivo do nosso país.

Efetivamente, devido à polarização e heterogeneidade próprias da situação de transição acelerada do último meio século desenvolvimentista e devido ao final abrupto do processo de modernização; ou, digamos em uma palavra: devido à dupla

desordem a que fizemos referência, as categorias sócio-ocupacionais (classes operárias, burguesias, campeonatos, setores médios, etc.) têm-se mostrado incapazes – a partir da quebra da ordem oligárquica, particularmente hoje mais do que nunca – de estabelecer identidades consistentes, para tornarem-se atores que, como no esquema capitalista clássico, possam defender seus interesses, articulá-los em uma ideologia de acordo com suas metas e organizar suas formas de representação política para conseguir aumentar, assim, a sua influência.

Lembremos o que disse Alain Touraine: na América Latina não se aplica o “princípio de representatividade” segundo o qual a ideologia representa uma força política que corresponde, por sua vez, a uma categoria social. A ação coletiva torna-se, então, uma combinação resguardada das orientações classistas, modernizadoras-democratizantes, nacional-populares comunitário-defensivas, etc.

Nestas condições, as forças propriamente sociais perdem consistência, amplitude e continuidade – convertem-se facilmente em alianças enormes e, nessa medida, é que aparecem como frágeis e descontínuas. A sua ação tende a beneficiar os aparelhos de representação e os dirigentes, portanto a ação social tende a se subordinar à ação política.

Mas há algo mais: *os atores políticos assim produzidos tendem a se tornar autônomos*, a não representar mais os atores sociais; tornam-se parte do sistema político. Daí, apenas a pouca importância que têm os partidos ou movimentos apenas classistas, unicamente nacionalistas ou unicamente modernizadores. Os partidos políticos importantes tendem a combinar todas essas dimensões e, *como seu referencial social é tão disperso, tendem antes a se identificar com o Estado*.

c) Porém, no caso mexicano, essa autonomização dos atores políticos (grupos, correntes, partidos...) com relação aos referenciais sociais que dizem representar e sua identificação com o poder do Estado enquanto único ponto de onde é possível dominar uma planície social tão extremamente heterogênea, tem-se visto redobrada pelo fenômeno já descrito da burocracia política.

Efetivamente, já que o Estado mexicano – diferentemente do resto da América Latina – tem-se mantido historicamente como um ator muito poderoso e indiscutido, sem dúvida, pela endêmica fraqueza das forças coletivas no plano propriamente social, agrava-se a propensão de todos os atores

políticos e lideranças, orientados em direção às alturas, rumo à autonomização.

Vista com tal perspectiva, a burocratização da ação social mexicana teria funcionado historicamente como um intercâmbio: o líder oferece ao poder a organicidade das suas bases sociais, aceita que estas sejam desorganizadas e pulverizadas em suas identidades, e o poder – em troca – assegura a ascensão burocrática do líder e lhe fornece os meios do seu prestígio e conforto. Cada vez que um ator social tem-se oposto a esta regra de obediência, querendo manter a sua autonomia e identidade, enquanto corpo social independente, o Estado o destruiu através da violência: eletricitistas, motoristas e petroleiros em 1948-49; ferroviários em 1958-59; médicos em 1965; estudantes em 1968; eletricitistas em 1976; sindicatos universitários em 1977; universidades estaduais e movimentos regionais em 1983; petroleiros de novo em 1989.

Por isto, é ridículo falar no México de um Estado corporativo (excetuando, algumas entidades empresariais, financeiras e comerciais), uma vez que cúpulas sindicais e outras lideranças que ficam encravadas nas alturas, com uma obediência cega ao Estado, em nada fazem supor que possam reconstruir uma relação orgânica com os corpos que dizem representar. Muito pelo contrário, encontram-se separados destes corpos que não são tais e sim confusão e atomização, não identidade, e é nisto que se efetiva o sucesso buropolítico daquelas lideranças. Na Argentina, pode cair Perón e surgirem muitos regimes mais, mas veremos os sindicatos lutando para impor seus interesses e organizados em sua corporação com uma certa coerência e continuidade no tempo. No México, o Estado pode decapitar o sindicato dos petroleiros – um dos mais autônomos e melhor organizados, há que se reconhecer – e fixar-lhe uma nova direção ao gosto do presidente da república, sem que os trabalhadores petroleiros possam fazer nada de efetivo para impedi-lo. A idéia do corporativismo deve ser substituída pela idéia da buropolítica.

Isto vem à tona porque uma cultura tão ancestralmente enraizada não se substitui assim tão facilmente. Basta analisar a débil inserção que a grande maioria das forças cardenistas conserva em relação aos atores sociais; mas mesmo quando essa relação existe é procedente sublinhar a grande quantidade de tempo que os representantes começam a investir em reuniões políticas, em discussões tendentes à reorganização e em organo-

gramas em torno da correta plataforma político-ideológica etc., como se antes de ganhar as eleições tivesse de ser ensaiada a composição do futuro Estado.

Até aqui o assunto não se apresenta extremamente grave, sendo próprio das organizações políticas perder o contato com as bases em nome das quais fazem política. Mas a questão se turva francamente na constatação de que, paralelamente a toda essa atividade fundacional do Partido da Revolução Democrática, se duplica a movimentação das cúpulas. Isto costuma acontecer quando em nome do “acordo social” as lideranças aceitam fazer parte – simultaneamente – de uma infinidade de fóruns promovidos pelo governo contra o qual dizem dirigir suas rotinas políticas. Assim, é possível vê-los participando em Conselhos Consultivos, Assembléias do Distrito Federal, Conselhos de Educação, de Saúde, de Pesca, de Instrução Superior etc., sem esquecer aqueles que aceitam cargos de alta responsabilidade no governo, querendo continuar representando agregados sociais de base da oposição.

Toda essa nova “ideologia do acordo social” que no México se chamava reconciliação dos contrários (quando a identidade coletiva já havia sido destruída), está se convertendo – em nosso caso – em um novo canal de ascensão buropolítica, ou, em outras palavras: acordo social que não cultiva a organicidade das bases sociais não constitui mais do que um ato de buropolítica pura.

O perigo seria, então, que estejamos vendo nascer juntamente com o neocardenismo um segundo canal de ascensão buropolítica, não tanto alternativo quanto simultâneo, que permita a certos atores utilizar indistintamente ambas as vias em sua ascensão, mas cuja função redundaria no mesmo, isto é: absorver para cima as lideranças, em direção aos fóruns prestigiados, televisionados, comentados pela imprensa e pelo rádio até torná-los completamente estranhos com relação ao social e às identidades coletivas que, alguma vez, os viram nascer.

Para o Estado, essa é uma das formas mais baratas para reconstruir a ordem e para mantê-la após o terrível sobressalto produzido pelo movimento neocardenista, devido ao excesso do orgulho neoliberal que negligenciou a lei da buropolítica como princípio intocável da ordem estatal

Nessa medida, a identidade, a continuidade e a consistência do “fenômeno cardenista” não estariam claramente asseguradas e o cardenismo continuaria sendo, basicamente, uma expressão da desordem, da relação atomização social-líder, de duvidosa capacidade para propor saídas para essa infeliz situação de anomia...